



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1º GRUPO DE CÂMARA CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0187374-9

IMPETRANTE: PAULO ROBERTO DA SILVA

Adv.: Dra. Amábilia do Rego Valença

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Proc.: Dra. Maria Raquel Santos

MP: Dr. Itabira de Brito Filho

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

EMENTA:

MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR. DECADÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO. ACOLHIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO PELO RECONHECIMENTO EXTINTIVO DE MÉRITO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - A suscitação formulada pelo impetrado relativa à ocorrência de decadência do direito de ação, na forma expressa no art. 18, da Lei nº 1.533/1951, se configura sobre a impetração, em decorrência da inércia do impetrante no seu manejo, hostilizando ato comissivo do qual teve conhecimento em data que excede o prazo descrito no anotado comando legal.

2 - Extinção do feito pelo reconhecimento da figura extintiva meritória.

3 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Mandado de Segurança nº 0187374-9, em que figuram como impetrante Paulo Roberto da Silva e como impetrado o Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

ACORDAM os Desembargadores que integram o Primeiro Grupo de Câmara Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a unanimidade de votos, em conhecerem a ação acima nominada, para extingui-la com o acolhimento da preliminar de decadência do

200 9204
direito de ação, na forma expressa no art. 18 da Lei nº 1.533/1951,
tudo na conformidade do Relatório e dos votos proferidos em seu
julgamento.

Recife,

13 / Janeiro / 2010


Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



201

86
10/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1º GRUPO DE CÂMARA CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0187374-9

IMPETRANTE: PAULO ROBERTO DA SILVA

Adv.: Dra. Amábíla do Rego Valença

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Proc.: Dra. Maria Raquel Santos

MP: Dr. Itabira de Brito Filho

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

RELATÓRIO

PAULO ROBERTO DA SILVA com arrimo nos comandos da Lei nº 1.533/1951, impetra mandado de segurança em face do Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco que não apreciou o mérito do pedido de revisão de processo administrativo disciplinar que culminou com a sua demissão da Polícia Civil do Estado de Pernambuco.

Aduz o impetrante que em 1997 foi ilegalmente demitido do serviço público, não se insurgindo de imediato contra o ato demissional pois se encontrava, de acordo com suas próprias palavras, "*doente, desprovido de recursos e de assistência jurídica*" (fl.03), buscando tão-somente em junho de 2007 reverter a pena imposta, protocolando o referido pedido de revisão do processo administrativo, rejeitado pela autoridade coatora em face da ocorrência da prescrição.

Afirma, com amparo no Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Pernambuco(art. 242) e na Lei Estadual nº 11.781/2000(art. 65), que configura-se ato ilegal a negativa quanto à apreciação do mérito uma vez que os dispositivos legais indicados claramente averbam que a revisão do processo administrativo de que resulte pena disciplinar pode ser requerido a "qualquer tempo".

Com base no exposto, pugnou pela concessão da ordem para que o pedido de revisão administrativa seja recebido pelo Secretário de Defesa Social e tenha seu mérito apreciado.

202/ 870y

O feito foi ajuizado perante o Juízo de 1ª instância, sendo nele declinado a incompetência absoluta para o seu processamento e julgamento, com a sua remessa a este Tribunal, na forma prevista em seu Regimento Interno.

Notificado o impetrado para as informações de estilo, foram elas apresentadas pela peça de fls. 44/51, suscitando em preliminar: I - a decadência da impetração, haja vista que a publicação do ato que indeferiu o pedido revisional ocorreu em 18 de julho de 2007 e o *mandamus* impetrado em 30 de novembro de 2007, ou seja, 135(cento e trinta e cinco) dias da publicação e, conseqüente, ciência do ato impugnado; II - a prescrição do fundo do direito, uma vez que o pedido de revisão do processo administrativo realizou-se em 26 de junho de 2007, quase 10(dez) anos após o ato administrativo de demissão do impetrante, publicado em 12 de dezembro de 1997, superando assim o prazo quinquenal estipulado no Decreto nº 20.910/32.

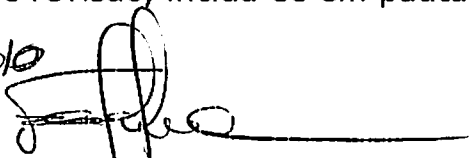
Meritoriamente reclama o impetrado quanto a inexistência de direito líquido e certo a ser tutelado nesta via, asseverando que a sanção disciplinar imposta ao impetrante foi resultado de regular processo administrativo o qual apurou que a conduta libidinosa do ex-policia civil se mostrou incompatível com os princípios disciplinares da Corporação, sendo vedado ao Poder Judiciário analisar sobre o critério de oportunidade e conveniência do ato administrativo praticado, sob pena de desmerecer o postulado da separação dos poderes.

Em seu parecer, o MP-PE, através do ilustre Subprocurador Geral de Justiça, Dr. Itabira de Brito Filho, opina pelo acolhimento das preliminares suscitadas pela autoridade impetrada e no mérito manifesta-se pela denegação da segurança em razão de inexistir qualquer ilegalidade em relação ao ato atacado.

É o relatório.

Julgamento que não exige revisão, inclua-se em pauta.

Recife, 05/01/2010


Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



203 93
W

**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR**

1º GRUPO DE CÂMARA CÍVEIS

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0187374-9

IMPETRANTE: PAULO ROBERTO DA SILVA

Adv.: Dra. Amábíla do Rego Valença

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Proc.: Dra. Maria Raquel Santos

MP: Dr. Itabira de Brito Filho

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO DE PRELIMINAR

O impetrado nas informações prestadas, persegue a extinção do feito sem resolução de mérito, suscitando as preliminares de decadência do direito de ação e de prescrição do fundo de direito perseguido, suscitações que merecem ser conhecidas de forma isolada.

DECADÊNCIA DO DIREITO DE AÇÃO

A formulação é exercitada sob a sustentação de que o ato que indeferiu o pedido revisional do impetrante fora publicado no Diário Oficial do Estado em 18 de julho de 2007 e o presente *mandamus* impetrado em 30 de novembro de 2007, ou seja, 135(cento e trinta e cinco) dias após a ciência do ato impugnado.

Assiste razão ao impetrado, posto que do cotejo das datas de publicação do ato questionado e da impetração desta ação mandamental, evidencia-se o desatendimento ao art. 18 da Lei nº 1.533/51, hoje repetido no art. 23 da Lei nº 12.016/09, que taxativamente assegura o prazo de 120(cento e vinte) dias para o manejo da via sumária, a contar da ciência do ato administrativo hostilizado.

O parecer ministerial não se divorcia desta convicção, sendo nele averbado que *"merece ser acolhida a preliminar de decadência do direito de impetração suscitada pelo impetrado, sob o argumento de que o ato impugnado fora publicado no DOE aos 18 de julho de 2007,*

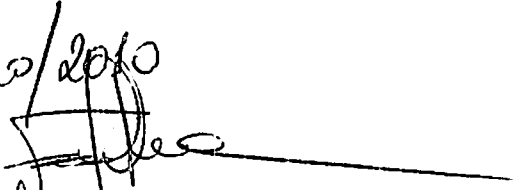
204 94
104
havendo o mandamus sido impetrado em 30 de novembro de 2007,
portanto, há mais de 120 dias após aquela data".(fl.81)

Diante do que, o meu voto é proferido no sentido de ser conhecida e acolhida essa suscitação do impetrado, para ser extinto o feito pelo reconhecimento da ocorrência decadencial.

É como voto.

Recife,

13/Jan./2010



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator